



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6358/2016

INQUÉRITO POLICIAL Nº 00023/2014

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAPÁ

PROCURADOR OFICIANTE: ANDRÉ ESTIMA DE SOUZA

RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

INQUÉRITO POLICIAL. OMISSÃO DE DADOS TÉCNICOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO COM BASE NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À AUTO-INCRIMINAÇÃO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). INAPLICABILIDADE AO CASO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o crime previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, tendo em vista que responsável legal por sociedade empresária investigada nos autos de Inquérito Civil Público, desobedeceu às notificações expedidas pelo Ministério Público do Trabalho.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do presente apuratório tendo em vista que as informações eram destinadas a subsidiar inquérito civil que visava a apuração de irregularidades trabalhistas por parte da própria empresa, vindo a incidir no caso o princípio a não-autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*).

3. Segundo precedente do STF o privilégio contra a auto-incriminação traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. (...) O direito ao silêncio enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*nemo tenetur se detegere*) impede, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (STF - Pleno - HC nº 79.812-8/SP - Rel. Min. Celso de Mello - Diário da Justiça, Seção 1, 16 fev. 2001, p. 91).

4. Ou seja, o direito fundamental a não auto-incriminação incide quando da fala ou do comportamento do investigado possa resultar uma persecução penal contra ele. Não é, contudo, o caso dos autos.

5. No caso, as informações requisitadas pelo MPT se deram em procedimento que tinha por objeto assédio moral e abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador, tendo sido requisitado a empresa tão somente a cópia do contrato social, suas alterações, CNPJ de todos os estabelecimento que possui no Estado do Amapá, bem como lista contendo o nome de todos os funcionários da empresa e suas respectivas funções.

6. Em suma, as informações requisitadas poderiam dar azo a sanções restritas ao âmbito trabalhista e cível, não justificando a incidência do direito a não-incriminação ao caso.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.

Trata-se de Inquérito policial instaurado para apurar o crime previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, tendo em vista que responsável legal da empresa JOELSON PIMENTEL DOS SANTOS – ME, investigada em inquérito civil público, desobedeceu às notificações expedidas pelo Ministério Público do Trabalho.

Consta da documentação encaminhada que a desobediência ocorreu no curso de procedimento que tem como tema assédio moral e abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador, vindo a ser requisitado pelo MPT a cópia do contrato social da empresa, suas alterações, CNPJ de todos os estabelecimento que possui no Estado do Amapá, bem como lista contendo o nome de todos os funcionários da empresa e suas respectivas funções.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do presente apuratório tendo em vista que as informações eram destinadas a subsidiar inquérito civil que visava a apuração de irregularidades trabalhistas por parte da própria empresa, vindo a incidir no caso o princípio a não-autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*) (fl. 113).

Vieram os autos então, à esta 2ª Câmara de Coordenação Revisão.

É o relatório.

Em que pesem os argumentos alinhavados pelo Procurador da República oficiante, o arquivamento mostra-se inapropriado.

O princípio da não auto-incriminação ou princípio *nemo tenetur se detegere*, estabelece a diretriz de que ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo, ninguém tem que se descobrir para contribuir na sua própria punição criminal.¹

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a matéria, se manifestou da seguinte forma:

"O privilégio contra a auto-incriminação - que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito -

¹ Feitosa, Denilson, Direito processual penal, 7ª ed, 2010, p. 147.

traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa, que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. O exercício do direito de permanecer em silêncio não autoriza os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. Precedentes. O direito ao silêncio - enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*nemo tenetur se detegere*) - impede, quando concretamente exercido, **que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, ser preso ou ameaçado de prisão**, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado. Ninguém pode ser tratado como culpado, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, sem que exista, a esse respeito, decisão judicial condenatória transitada em julgado. O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema jurídico, consagra uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. Precedentes". Grifo nosso. (STF - Pleno - HC nº 79.812-8/SP - Rel. Min. Celso de Mello - Diário da Justiça, Seção 1, 16 fev. 2001, p. 91).

Assim, observa-se que o direito fundamental a não auto-incriminação se viabiliza quando existente a possibilidade do indiciado ou réu vir a sofrer um procedimento penal contra si em virtude de suas declarações. Essa, inclusive, é a posição de Luiz Flávio Gomes, *in verbis*: "*as dimensões do direito de não auto-incriminação que acabamos de elencar valem (são vigentes, incidem) tanto para a fase investigatória (qualquer que seja ela: inquérito policial, CPI etc.) como para a fase processual (propriamente dita). Vale também perante qualquer outro juízo (trabalhista, civil, administrativo etc.), desde que da fala ou do comportamento ativo do sujeito possa resultar uma persecução penal contra ele*".²

Contudo, não parece ser esse o caso dos autos. No caso, a recusa em fornecer informações, e em tese a não produção de provas contra si, se deu no curso de procedimento que tem como tema assédio moral e abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador, sendo que o MPT requisitou tão somente a cópia do contrato social da empresa, suas alterações,

² <http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2066298/principio-da-nao-auto-incriminacao-significado-conteudo-base-juridica-e-ambito-de-incidencia>

CNPJ de todos os estabelecimento que possui no Estado do Amapá, bem como lista contendo o nome de todos os funcionários da empresa e suas respectivas funções.

Verifica-se, dessa forma, que as informações requisitadas não possuíam o condão de ensejar procedimento criminal posterior a justificar a incidência do princípio em questão, possuindo, apenas, potencialidade de gerar responsabilização nos âmbitos cível e trabalhista.

Como se vê, no caso concreto, o investigado, ao recusar ou omitir o fornecimento dos documentos requisitados pelo Procurador do Trabalho, nos autos de inquérito civil público, infringiu o disposto no art. 10 da Lei 7.347/85, justificando-se, portanto, a continuidade do presente feito.

Com essas considerações, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá, para adoção das providências cabíveis, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 26 de agosto 2016.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR